

Sarney quer mais ação de Líderes

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney reunirá, na manhã de segunda-feira, as Lideranças partidárias fiéis ao Governo para cobrar maior eficiência na mobilização de seus aliados na votação do segundo turno da Constituinte. Este foi um dos motivos do cancelamento da viagem que Sarney faria ao Rio de Janeiro, para inaugurar a Feira Nacional de Informática.

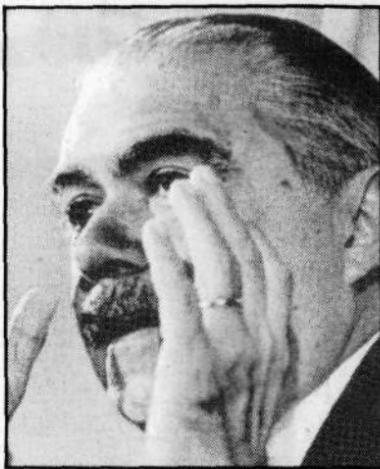
Até agora o Governo não conseguiu aprovar nenhuma de suas propostas de emendas supressivas. Esse mau resultado é atribuído por assessores do Palácio do Planalto à ineficiência no trabalho das Lideranças. A média de presença em plenário, desde o início do segundo turno, tem sido de aproximadamente 320 constituintes, com larga maioria para os opositores do Governo.

— Quase todos os votos dos ausentes seriam nossos — constatava ontem um assessor do Presidente.

Na reunião, Sarney também cobrará unidade e organização dos Líderes. O mesmo assessor lembrou que, ao contrário do que acontece com os aliados do Governo, as propostas defendidas pelos Líderes do PMDB, Nelson Jobim, e do PSDB, Mário Covas, junto com os partidos de esquerda, chegam esquematizadas aos parlamentares, com orientação de voto, destaque por destaque.

— Entre os nossos é uma confusão. Ninguém sabe de nada — queixou-se o assessor.

Além da dificuldade de manter a



Sarney vai exigir mais eficiência

bancada governista em Brasília e conseguir um bom resultado no trabalho das Lideranças, o Planalto ainda enfrenta outro obstáculo para conseguir aprovar suas propostas na Constituinte: apesar de fiéis a Sarney, muitos parlamentares justificam que preferem ficar omissos ou votar contra o Governo, porque temem prejudicar suas campanhas para as próximas eleições municipais, comprometendo-se com emendas consideradas impopulares.

Participarão da reunião com o Presidente Sarney os Líderes do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e no Senado, Saldanha Derzi, e os Líderes do PFL, Senador Marcondes Gadelha e Deputado José Lourenço.

Telefoto de Antônio Moura



Na entrega de 90 ônibus, Jânio insiste que não é candidato

Jânio condena a sindicalização de servidor público

SÃO PAULO — O Prefeito Jânio Quadros considerou, ontem, que a sindicalização para os servidores públicos "será um desastre nacional". Para ele "os Municípios e os Estados ficarão parados, sobretudo nesta ordem ou desordem econômica e financeira".

O Prefeito fez uma ressalva, dizendo que o Presidente Sarney "está procurando encontrar uma solução com medidas até draconianas, duríssimas, mas o quadro é pavoroso". Jânio falou ao entregar 90 ônibus à CMTC, no Parque Ibirapuera.

Quanto à transferência, feita por Sarney, dos encargos que eram federais para Estados e Municípios, Jânio considerou uma atitude de rara habilidade. Lembrou que "a Constituinte retirou da renda nacional alguns valores que eram federais, retirou o dinheiro do Governo Federal". Para ele, "o que o Presidente fez foi transfe-

rir as despesas, as responsabilidades".

— O Presidente defendeu o próprio mandato no aspecto financeiro e também o do seu sucessor.

O Prefeito disse que o Senador Mário Covas será um bom candidato à Presidência da República e até poderia ter o seu apoio, mas não para a Prefeitura de São Paulo, como deseja seu partido. O apoio seria dado porque Covas é paulista e São Paulo está afastado há muito tempo da chefia da Nação. Jânio também lembrou que o Governador Orestes Quercia é outro nome que não pode ser esquecido.

— Este é o instante de São Paulo voltar à Presidência da República e reitero mais uma vez que não sou candidato — afirmou.

Evitou falar sobre a renúncia do ex-Governador Franco Montoro e, para justificar-se, até declarou ser administrador e não político.

Nelson Jobim apóia revisão do artigo que rejeita decretos-leis

BRASÍLIA — O Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim, disse ontem que a Constituinte terá de rever o dispositivo que estabelece a rejeição automática dos decretos-leis que não tiverem sido aprovados até a promulgação da nova Carta, sob pena de "jogar o País na insegurança jurídica". A matéria integra a lista das modificações pretendidas pelo Governo e sua supressão faz parte das condições impostas pelo PFL para que o partido retorne à mesa de negociações.

Segundo o Líder, a simples supressão do parágrafo único do artigo 29 das Disposições Transitórias, requerida pelo Líder do Governo, Deputado Carlos Santa'Anna (PMDB-

BA), em vez de solucionar o impasse criado pela rejeição automática dos decretos-leis, provocaria uma confusa situação jurídica, na qual todos os decretos pendentes teriam de ser apreciados em 30 dias, de acordo com o disposto no corpo permanente da Constituição. Jobim explicou que, sem mencionar o destino dos decretos-leis nas Disposições Transitórias, eles ficariam sujeitos à interpretação jurídica que, pela lógica, se basearia no dispositivo que substituiu a figura do decreto pelas "medidas provisórias com força de lei" (Art.64), que podem ser editadas pelo Presidente da República, mas têm de ser aprovadas pelo Congresso em até 30 dias.

Anexins

DEPOIS de "é dando que se recebe", de seus tempos de Constituinte, o hoje Ministro Roberto Cardoso Alves inseriu em seu reformulado brasão o "uma mão lava a outra".

PELO VISTO, mexeu na forma mas não alterou o conteúdo.

MAS deveria. "Fazer o bem sem olhar a quem" está aí, à disposição.